

MANUEL JOSÉ ALVES DA ROCHA

SALÁRIOS, DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO E CRESCIMENTO EQUITATIVO

Prefácio de Dom JOSÉ MANUEL IMBAMBA



Copyright © MANUEL JOSÉ ALVES DA ROCHA/ MAYAMBA EDITORA, 2014

Colecção: Economia

Título: SALÁRIOS, DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO E
CRESCIMENTO EQUITATIVO

Autor: MANUEL JOSÉ ALVES DA ROCHA

Prefácio: JOSÉ MANUEL IMBAMBA

Editor: ARLINDO ISABEL

Revisão: GABRIELA VARINO

Capa e paginação: ROG FAMS

Ilustração da capa © iStockphoto

Impressão e acabamento: DAMER GRÁFICAS, S. A.

1.ª Edição: Luanda, Novembro de 2014

Tiragem: 2000 ex.

Dep. Legal: 6733/14

ISBN: 978-989-761-020-2

Esta publicação teve o alto patrocínio da OSISA - Fundação Open Society Angola



Mayamba Editora

Condomínio Vila Rios, Rua Rio Cuango nº 16, Camama

Estrada Direita do Calemba 2

Município de Belas – Luanda-Sul

Cx. Postal 34 62

Angola

Telf.: +244226213869

mayambaeditora@yahoo.com

www.mayambaeditora.co.ao

Facebook: Mayamba Editora

*Penso noventa e nove vezes e nada descubro.
Deixo de pensar, mergulho num grande
silêncio, e a verdade é-me revelada*

ALBERT EINSTEIN

ÍNDICE

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	17
CAPÍTULO I. Introdução	23
 CAPÍTULO II. Enquadramento e objectivos da pesquisa	 37
 CAPÍTULO III. Visitando a teoria	 53
1. Aspectos que afectam a definição de emprego	59
2. Tipos de desemprego	61
3. Modelos de emprego	66
4. Salários e modalidades de regulação salarial	76
5. A produtividade do trabalho	80

6. A repartição do rendimento nacional	87
6.1. Algumas evidências empíricas	100

CAPÍTULO IV. O mercado de emprego e a repartição primária do rendimento

1. Emprego	113
2. Salários e o seu poder de compra	125
3. A interligação entre salários e produtividade ...	146
4. Rendimento nacional e a componente salarial .	162

4.1. Quanto valem os salários no sistema de Contas Nacionais?	165
---	-----

4.2. O papel dos diferentes sectores de actividade no processo de distribuição do rendimento nacional	175
---	-----

4.3. A problemática do salário mínimo nacional	182
--	-----

5. Rendimento nacional líquido (abordagem do Banco Mundial): taxa de amortização do <i>stock</i> de capital fixo e taxa de <i>depletion</i> dos recursos naturais	191
---	-----

CAPÍTULO V. Repartição secundária do rendimento nacional

1. O Estado social	197
1.1. O Índice de Desenvolvimento Humano ..	205
1.2. Exclusão social e pobreza: os resultados do IBEP	215
1.2.1. Aspectos gerais	215
1.2.2. Análise do IBEP	218
2. Consumo privado e despesas sociais	238
3. O ponto de vista do Governo	247

CAPÍTULO VI. Os grandes desafios até 2017 em matéria de repartição do rendimento	251
---	------------

CONCLUSÃO

O estado da distribuição do rendimento em Angola: distribuir melhor para se crescer mais ou crescer mais para se distribuir melhor?	255
---	-----

BIBLIOGRAFIA	261
---------------------------	------------

SOBRE O AUTOR	269
----------------------------	------------

PREFÁCIO

Experimentei alguns calafrios quando recebi o convite para escrever o prefácio desta rica obra de pesquisa cuja autoridade intelectual do autor impõe muita admiração e respeito. Aliás, as inteligências férteis nunca se devem furtar às suas missões sociais, colocando ao dispor de todos os frutos das suas colheitas como contributo indispensável para o crescimento harmonioso da sociedade em que se encontram inseridas. Por isso, vénias devidas ao nosso autor, Manuel José Alves da Rocha, por nos oferecer esta reflexão, despida de qualquer carga político-partidária, que poucos gostamos de fazer.

Pelo título, *Salários, Distribuição do Rendimento e Crescimento Equitativo*, podemos nos aperceber de que se trata de uma temática actual, profunda, necessária e desafiadora; uma temática que toca a essência e os contornos da justiça, de modo especial a distributiva, virtude sem a qual nunca será possível evitar o escândalo da pobreza, da marginalização e das assimetrias sociais e culturais, tendo em conta «que o bem-estar material, espiritual e cultural é *conditio sine qua non* para o desenvolvimento autêntico e integral do homem, a meta para a qual todos os esforços tendem com vista a criar uma sociedade mais humana, justa e próspera possível»¹.

Como fazer isto se as políticas económico-financeiras e sociais à escala mundial, e não só, normalmente adoptadas «em vez de promoverem a justiça social e, consequentemente, a justa distribuição dos bens da terra, se convertem,

¹ José Manuel Imbamba, «O papel do Ensino Superior no combate à pobreza», in «Relatório alusivo ao acto central do Dia da Universidade Africana 2002», UCAN, 2002, p. 10.

no dizer de Marina Silva (senadora brasileira) em autênticas e terríveis máquinas de produzir pobreza»²? Como é possível, perguntaria o nosso autor, produzir ricos sem produzir riqueza? Como é possível investir em políticas que, à partida, produzem necessariamente desigualdades escandalosas e indignas para as pessoas? Porque é que o tão falado crescimento económico ainda não tem o impacto social esperado e, em vez de aliviar, está a aprofundar ainda mais o fosso entre ricos e pobres? Ou, para dizê-lo com Alves da Rocha, porque é que «o intenso crescimento económico tem sido padraço para a grande maioria da população»? O que fazer para se evitar cair nos mesmos erros dos países avançados economicamente, que fazem prosperar a exclusão social e a miséria antropológica, social, espiritual, cultural e cívica?

Estas e outras são as grandes questões que Alves da Rocha quer e vai procurar analisar e responder nesta obra, agora em nossa posse. Adentrando nela, podemos deparar com a transparência, realismo e sentido de justiça dos assuntos sabiamente levantados e expostos, que têm a ver com a teoria sobre o mercado de trabalho, produtividade, salários e distribuição do rendimento, trazendo à luz algumas verdades dolorosas:

1. O «extremamente baixo valor do salário médio mensal nacional em Angola estimado, com base em dados oficiais, em cerca de 17 700 kwanzas, em média aritmética, entre 2002 e 2012, de acordo com as informações das Contas Nacionais do INE (Instituto Nacional de Estatística) — no último ano deste período, o salário médio mensal nacional estabeleceu-se na vizinhança dos 36 600 kwanzas [...] cerca de 40% da população vive com menos de 1,25 dólares por dia, quase 2/3 da população auferindo menos de 2 dólares por dia e um índice de Gini na vizinhança de 0,55».

2. O momento actual ainda é de pobreza, de democracia limitada, de má governação, de elevado desemprego (26%), de autoritarismo,

² *Ibidem*.

corrupção e falta de transparência e do «divórcio económico com a economia não petrolífera», sem pormos de parte o culto pelo «favoritismo familiar, partidário ou amiguista», o tráfico de influências, o excessivo peso do Estado na economia com a sua atitude paternalista sobre a sociedade, criando um espírito de dependência e passividade nos pacatos cidadãos, e até nos empresários, e estimulando um frenético *riquismo* sem trabalho, sem ética nem sentido de justiça, pelo menos. É neste contexto de graça e favoritismo que se pode compreender o «pouco empreendedorismo da classe burguesa angolana» e a «baixa produtividade do trabalho».

3. É um momento em que se valoriza mais o produto, o objecto do trabalho do que o seu sujeito e a respectiva dignidade, em que a ditadura do dinheiro e do lucro dita todas as regras sem regras, sem ética e sem ter em conta a dignidade da pessoa humana enquanto ponto de partida e de chegada de todas e quaisquer realizações: é o material a sobrepor-se ao espiritual, o ter ao ser, o vício à virtude, a falsidade à verdade, o egoísmo à solidariedade, a injustiça à justiça... Com esta plataforma axiológica, as desigualdades e assimetrias sociais serão sempre mais profundas, já que o crescimento económico «tem sido [...] particularmente generoso para com uma faixa da população que não representa mais de 2,5% da população total (portanto, cerca de 450 mil cidadãos) [...] e magnânimo para com a maior parte do grupo de expatriados, que usufruem de níveis de rendimento e condições de vida dificilmente atingíveis nos seus países de origem, com a rapidez com que o conseguiram em Angola».

A conclusão é lapidar: «A libertação social dos cidadãos e cidadãs continua a ser obstruída por uma desigual repartição da riqueza, do rendimento e das oportunidades», por isso, urge um «estudo sobre as classes sociais em Angola para sabermos, afinal, quem somos, qual a classe de riqueza e de rendimento a que cada um pertence, que lugar ocupamos na escala social, que peso político detemos

SALÁRIOS, DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO E CRESCIMENTO EQUITATIVO

e que possa ser usado nas eleições»; urge, portanto, inverter a base axiológica atrás apontada para que se maximize o bem-estar dos cidadãos e da sociedade, incentivando a prática da justiça equitativa e distributiva, a descentralização administrativa, a criação das autarquias e o exercício da democracia verdadeira, valorizando, desta feita, o capital humano e criando mais postos de trabalho através da diversificação da economia.

Como nos podemos aperceber, trata-se de uma obra com uma riqueza sem fim e que, certamente, vai suscitar debates fecundos para o bem da dignidade das pessoas que fazem Angola acontecer. Bem-haja, Dr. Manuel José Alves Da Rocha. Que a sua inteligência continue sempre a brilhar, qual sentinela ao serviço da verdade, da justiça e do bem comum.

JOSÉ MANUEL IMBAMBA

Arcebispo de Saurimo

Magno Chanceler da Universidade Católica de Angola

APRESENTAÇÃO

Na ausência de medidas de política que ajustem o estado de distribuição existente, a repartição do rendimento depende da partilha da dotação dos factores de produção e dos preços relativos de cada um deles no mercado.³

A partição do rendimento nacional — determinada pelas dotações factoriais e respectivos preços relativos — pode ou não ser consistente com aquela que a sociedade considera justa ou adequada.⁴

Dois princípios costumam reger a análise teórica da distribuição do rendimento: o princípio da utilização de factores de acordo com os seus preços competitivos e a proposição de que a repartição do rendimento entre as famílias⁵ deve ser determinada pelo mecanismo de mercado. O primeiro é uma regra económica a ser seguida porque o que se pretende, em qualquer circunstância, é uma utilização eficiente dos recursos económicos. Já o segundo princípio não pode ser aceite sem discussão, particularmente em economias amargurando de

³ Mais trabalho e melhor remunerado aumenta a participação deste factor de produção no processo de repartição do rendimento nacional. A produtividade do trabalho potencia o aumento simultâneo da sua quantidade e da respectiva remuneração. Se o sistema for caracterizado por mercados competitivos, o preço dos factores será dado pelo valor da sua produtividade marginal.

⁴ O caso angolano é manifestamente o de uma repartição desigual e assintótica do rendimento nacional, conforme mais adiante se mostrará e os níveis de pobreza e de pobreza absoluta o confirmam, que nem o Governo nem a sociedade a consideram justa ou adequada.

⁵ No primeiro caso, trata-se da repartição funcional do rendimento e no segundo da repartição pessoal. Esta deve reger-se também por outros princípios, sobremaneira quando a distribuição existente é injusta, e se continuar a ser garantida apenas pelo mercado, seguramente que as desigualdades se agravarão.

imponderabilidades diversas, entre as quais as extra-económicas. Na verdade, os preços dos factores determinados pelos mecanismos de mercado podem não corresponder aos preços competitivos, devido à existência de uma série de distorções, como a falta de mobilidade espacial e sectorial dos factores de produção — livre circulação de pessoas —, a insuficiência de informação sobre os mercados, as imperfeições dos mercados (lucros de monopólio e comportamentos cartelizados), etc.

Mas mesmo que todos os preços dos factores fossem determinados competitivamente, a distribuição da renda daí resultante poderia não ser aceitável, porquanto dependeria do poder de intervenção dos factores no processo de repartição⁶. Em Angola, o poder de intervenção do factor trabalho neste processo de partilha do rendimento nacional está alquebrado, não apenas devido às elevadas taxas de desemprego, como à sua baixa qualificação técnica e profissional⁷. Os índices de pobreza — além evidentemente de outras causas relativas, em termos substantivos, ao demorado conflito militar — são uma consequência directa deste desequilíbrio na repartição do rendimento nacional, em desfavor do factor trabalho⁸.

O que é uma distribuição adequada do rendimento? A resposta envolve considerações de natureza diversa, filosóficas, éticas, económicas, etc. Uma possível é a de que a distribuição do rendimento deve ser realizada de forma a maximizar o bem-estar dos cidadãos e da sociedade. Ou ainda que a distribuição do rendimento deveria admitir a obtenção de determinados níveis de equidade,

⁶ Normalmente, o dos representantes do factor capital é mais determinante.

⁷ A estes factores que enfraquecem a sua posição deve acrescer-se a relativa inoperância das estruturas sindicais e a influência exercida pelo partido do Governo sobre a mais importante confederação de trabalhadores.

⁸ A economia petrolífera certamente que desempenha um papel acentuadamente desregulador dos processos internos de partilha do rendimento. É o que de resto acontece com todas as economias de enclave e com um saliente grau de extroversão, em que o Produto Interno Bruto é, em média, 20-30% mais elevado que o produto nacional. Os regimes cambiais e fiscais especiais que as companhias petrolíferas desfrutam em Angola não consequencializam apenas as distorções no mercado cambial, como já sublinhado, mas identicamente as condições de melhorar a distribuição interna dos resultados do crescimento económico.

no limite, a igualdade total. A escolha de um destes critérios não é simples, como igualmente não o é transformar qualquer deles num padrão correcto de distribuição.

Perante as advertências gerais anteriores, podemos tentar sistematizar e caracterizar um conjunto de limites que se abatem sobre o processo de distribuição do rendimento em Angola.

Uma das restrições é a economia petrolífera, a sua extro-versão, a sua natureza de enclave e o peso económico e financeiro dominante que apresenta⁹. O relacionamento com a economia não petrolífera não acontece pela vertente económica, mas apenas pelo lado das receitas fiscais. O Estado acaba por ser o agente de intermediação entre as duas economias ao decidir quanto à alocação dos recursos financeiros que o sector petrolífero lhe entrega a título de renda pela exploração deste recurso natural do país. As inconstâncias do mercado internacional de petróleo transmitem uma insegurança elevada à actividade do Estado no desempenho das suas funções modernas, mormente a alocativa e a distributiva. Em boa verdade, quando cerca de 80% das receitas fiscais¹⁰ são constituídas por réditos petrolíferos, torna-se bastante difícil traçar estratégias fiscais a médio prazo que contemplem a redistribuição do rendimento nacional, o fomento do crescimento económico e a competitividade nacional¹¹.

⁹ Nos anos mais recentes, a contribuição média da economia petrolífera foi de 55% para o PIB, 80% para as receitas fiscais e aproximadamente 94% para as receitas de exportação do país. Dadas as condições internas em que esta actividade se desenvolve – afastada do teatro da guerra e fruindo de regimes cambiais e fiscais especiais –, o sector petrolífero absorve, igualmente, o maior volume de investimentos externos, cuja média ascende a cerca de 2,14 mil milhões de dólares por ano. Naturalmente que as condições externas representadas pela relativa estabilidade da procura mundial e dos preços, do mesmo modo, explicam o interesse do investimento estrangeiro por esta actividade económica.

¹⁰ As receitas não fiscais, em particular as patrimoniais, não têm grande relevância para o sistema tributário angolano e, conseqüentemente, para a manobra redistributiva do Estado.

¹¹ Já foi referido que em contextos de exacerbação da concorrência internacional, deixou de ser apenas a estabilidade macroeconómica um dos elementos determinantes da competitividade nacional, passando a natureza e a estrutura dos regimes fiscais a desempenharem, igualmente, um relevante papel de atracção dos investimentos e de crescimento económico.

SALÁRIOS, DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO E CRESCIMENTO EQUITATIVO

Mas o divórcio económico com a economia não petrolífera é talvez o mais preocupante. Quando todos os bens e serviços necessários para a actividade petrolífera são importados — sem pagamento de direitos —, os lucros e dividendos são praticamente todos exportados e o volume de emprego criado não suplanta os 11 000 trabalhadores, fica-se com um quadro claro quanto à perversidade económica desta actividade de enclave¹². A criação de postos de trabalho é, provavelmente, a melhor e mais eficaz via para se influenciar o processo de repartição do rendimento nacional, se se pretender, claro, estender os benefícios do crescimento económico ao maior número possível de cidadãos.

A redução do peso da economia petrolífera, a definição do seu papel e contributo no processo de construção de uma economia nacional integrada e a implementação de um modelo de desenvolvimento alicerçado no máximo aproveitamento dos recursos minerais internos são, obviamente, problemas de solução demorada¹³ — a serem devidamente equacionados numa estratégia nacional de desenvolvimento a longo prazo —, mas (ou talvez por isso mesmo) devem começar a ser encarados seriamente em termos de medidas a curto prazo que possam ajudar a realização destes propósitos a médio prazo¹⁴.

¹² Resta, no entanto, a sua contribuição financeira para as acções de formação, em particular em actividades relacionadas com a exploração de petróleo.

¹³ A Argélia já está a organizar-se para a o pós-petróleo, consciente de que a exaustão deste recurso natural poderá acontecer dentro de 15 anos. O Governo anunciou o regresso à industrialização, tentando aproveitar a janela de oportunidade que se está a abrir pela crise de crescimento da economia mundial e de algumas economias desenvolvidas. Uma estratégia de reindustrialização está em marcha, num contexto do depois do petróleo, para reduzir, drástica e sustentadamente, a dependência, em 60%, de produtos importados. Um novo e diferente papel do Estado na economia está em discussão colectiva e aberta e o apelo ao investimento estrangeiro — que seja portador de inovação e de quotas do mercado internacional — é um dos seus elementos mais preponderantes (o anterior modelo de industrialização dos anos 80 do século passado — assente nos investimentos públicos — falhou redondamente, tendo originado um processo de desindustrialização que tirou do mapa industrial de África o país). Um investimento de 500 milhões de euros está em marcha para novas unidades industriais nas fileiras químicas, produtos farmacêuticos, produtos florestais transformados, vidro e outros materiais de construção. Ver em *ÁfriqueAsie* o bem estruturado e atualizado artigo de Hamid Ziyad, *Algérie — Le retour en force de l'industrie*.

¹⁴ Uma dessas medidas é a abolição dos regimes cambiais e fiscais especiais das companhias petrolíferas estrangeiras.

Um segundo limite relativiza-se nas disfuncionalidades do sistema de preços relativos internos. Os mais recentes ajustamentos nos preços dos combustíveis em Janeiro do corrente ano provocaram reacções em cadeia, algumas das quais absolutamente descontextualizadas, o que prova a falta de capacidade empresarial de absorção de uma parte dos choques de oferta e a existência de relações desiguais entre as utilidades relativas dos diferentes bens e serviços¹⁵. Este é outro domínio em que as reformas económicas de mercado — com acentuação para o fomento da concorrência — ajudarão a encontrar o rumo certo e igualmente onde a modificação das estruturas empresariais¹⁶ é uma necessidade. Em contextos destes, os consumidores de determinados bens e serviços ficam mais prejudicados do que outros e, ao tratar-se de famílias pobres, a repartição do rendimento é-lhes, naturalmente, prejudicial. Uma política de subsídios que procure subvencionar o preço de determinados bens considerados de maior procura social pode sair defeituosa e enviesada se os preços relativos se apresentarem desvirtuados.

Outro aspecto potencialmente limitador de um processo mais virtuoso de partilha do rendimento nacional é o da organização dos mercados. O nível de informalização dos mercados no país, em particular em Luanda¹⁷, é um claro sintoma do estado de perturbação e instabilidade que se vem verificando no processo de transição para a economia de mercado. Os mercados informais funcionam muito na base dos desvios de produtos do mercado formal — produção interna e importações. A sua situação de enclaves internos, que não pagam nem impostos, nem taxas, nem praticam descontos para a Segurança Social, agrava a concorrência desleal exercida sobre a economia formal, levando esta a limitar os seus investimentos e a criação de postos de trabalho.

¹⁵ Para um maior aprofundamento consultar o Boletim N.º 6 «Estudos sobre a Economia Angolana», Ministério do Planeamento, 1998, onde está apresentado um estudo muito detalhado sobre os preços relativos no país.

¹⁶ Na generalidade, os ajustamentos dos preços fazem-se mais em função da procura – utilidade marginal dos bens – do que da estrutura de custos internos, na maior parte dos casos inexistente ou desconhecida.

¹⁷ Ver Mário Adauta, «Contribuição para o conhecimento do sector informal de Luanda», 1998.

SALÁRIOS, DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO E CRESCIMENTO EQUITATIVO

A excessiva taxa de crescimento demográfico é outro elemento a ter em conta. De acordo com as estimativas de crescimento populacional no país provenientes do Núcleo de Estudos da População do Ministério do Planeamento, a taxa média registada na década de 90 foi superior a 3% ao ano. As dinâmicas de evolução dos sectores constituintes da economia não petrolífera não têm sido suficientes para descontar este intenso crescimento populacional e proporcionar um incremento nas condições de vida da população. Adicionalmente, escrituram-se inconvenientes taxas de ociosidade no sector industrial, que concorrem para um sobre-emprego descomedido de força de trabalho, do que decorrem os já mencionados baixos níveis de produtividade¹⁸. O mercado informal de trabalho tem sido a escapatória encontrada pelos ofertantes de força de trabalho, o que tem evitado a agudização da crise económica e o surgimento de conflitos sociais abertos.

Os diminutos valores do PIB por habitante são a prova da convergência entre elevadas taxas demográficas e baixos índices de crescimento económico, que se agravam, ainda mais, se a variável de referência for o rendimento nacional.

¹⁸ Um problema estratégico que se coloca sobre o trinómio produtividade/emprego/salários: os proveitos advinentes da redução dos níveis de ociosidade produtiva deverão ser investidos em ganhos de produtividade ou criação de emprego, ou aplicados em aumentos salariais da força de trabalho existente? Como é transparente, estão em causa diferentes modelos de repartição do rendimento, qualquer um deles com repercussões sobre o potencial de crescimento económico do país: o que privilegia o emprego e o salário é mais redistributivo e assenta no consumo privado como factor de desenvolvimento; o que destaca a produtividade elege o investimento produtivo como o elemento preponderante do desenvolvimento. As políticas públicas, particularmente as de cariz fiscal ou orçamental, têm um papel destacado em qualquer um destes modelos, quer de fomento do crescimento intensivo, quer de apoio ao crescimento extensivo.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A distribuição do rendimento é um processo económico normal, com mecanismos e procedimentos próprios que garantem a remuneração dos factores de produção envolvidos nos processos anuais de criação do PIB. No entanto, e na maior parte dos casos, as regras de mercado não são nem suficientes, nem eficientes para garantirem uma relativa igualdade no acesso às fontes de rendimento, falando-se em falhas de mercado na remuneração dos factores de produção. Por isso, o Estado tem uma função supletiva a desempenhar no sentido de promover e garantir uma repartição mais equilibrada do rendimento nacional, de modo a preservar a estabilidade social e política. Os instrumentos accionados passam pela progressividade dos impostos cobrados pelo Estado às pessoas singulares e pelas transferências para as famílias, a diferentes títulos. Estes são alguns dos mecanismos de compensação contemplados pela teoria económica e algumas das práticas encontradas nos países de elevado Índice de Desenvolvimento Humano. Estas sociedades são das mais igualitárias do mundo (índice de Gini em torno de 0,25), das politicamente mais estáveis e das economicamente mais saudáveis.

Não é isso que se encontra na maior parte dos países em desenvolvimento — emergentes e não emergentes —, e em especial nos produtores de petróleo. O Estado, nestes países, não tem sido eficiente na aplicação dos adequados

instrumentos macroeconómicos e políticas correctoras dos mecanismos de mercado de repartição do rendimento, e as respectivas sociedades apresentam índices elevados de desigualdade. De acordo com determinadas visões, os Estados petrolíferos têm promovido e facilitado uma acumulação de riqueza concentrada numa pequena elite ligada ao poder político pela via do conhecido *rent-seeking*¹⁹.

O móbil desta pesquisa foi dado pelo extremamente baixo valor do salário médio mensal nacional em Angola, estimado, com base em dados oficiais, em cerca de 17 700 kwanzas, em média aritmética, entre 2002 e 2012, de acordo com as informações das Contas Nacionais do INE (Instituto Nacional de Estatística) — no último ano deste período, o salário médio mensal nacional estabeleceu-se na vizinhança dos 36 600 kwanzas. O que é consistente com os dados do IBEP (Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População)²⁰: cerca de 40% da população vive com menos de 1,25 dólares por dia, quase 2/3 da população auferindo menos de 2 dólares por dia e um índice de Gini na vizinhança de 0,55²¹.

O processo de pesquisa deste trabalho — que se iniciou pela sistematização de fontes bibliográficas de consulta — levou-me a (re)descobrir dois excelentes artigos na revista académica da Universidade Católica de Angola (*Lucere*, Julho de 2004²²), da autoria de Adão Avelino e José Manuel Imbamba, e cujas reflexões abordam esta ingente questão nacional da distribuição do rendimento, retomada agora oficialmente na voz e nas intervenções dos mais altos dignitários do poder político²³. Adão Avelino Miguel²⁴ entra pelas questões sociais de uma maneira

¹⁹ Numa definição simples o *rent-seeking* é um conjunto de práticas administrativas e regulamentares que visam distribuir a renda petrolífera por um conjunto restrito de agentes ligados ao poder político, através de favorecimento nas privatizações, nas compras do Estado, no acesso ao crédito, nos concursos públicos, na criação de empresas, nos patrocínios estatais, etc.

²⁰ INE, Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009, Principais Resultados Definitivos, Agosto de 2010.

²¹ Outras estimativas apontam para um índice de Gini de 0,65 (Banco Mundial, Angola, memorando económico do país — petróleo, crescimento alargado e equidade, 2006). Ainda que se opte por uma média entre os dois valores (0,6), está-se face a um dos países mais desigualitários do mundo, consistente com algumas das classificações internacionais de Angola: país autoritário, índice elevado de corrupção, índice elevado de falta de transparência, etc.

²² Adão Miguel, «Os desafios de Angola depois da paz», in *Lucere*. Ano I, N.º 1, Julho de 2004.

²³ Num momento em que, aparentemente, o processo de criação da burguesia nacional está, no seu essencial, no seu ponto mais alto, a atender às informações sobre o montante das fortunas dos